

TESE PARA O 34º CONSINASEFE – EDUCAÇÃO

CIVILIZAR OS COLÉGIOS MILITARES!

Unificando a luta da Rede Federal com a rede do Ministério da Defesa

Palavras-chave: Ministério da Defesa; Colégios Militares; Autoritarismo; Luta Nacional; Integração com IFs.

Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

("Tecendo a manhã". João Cabral de Melo Neto)

CONHEÇAM OS COLÉGIOS MILITARES + CONHEÇAM A REDE FEDERAL DE ENSINO

A maior parte de servidoras e servidores da Rede Federal de Ensino desconhece o que ocorre nas instituições de ensino do Ministério da Defesa. Ao mesmo tempo, boa parte de quem trabalha no Ministério da Defesa desconhece o que existe fora do autoritarismo em que vive. Essa tese tem por objetivo tornar prioridade do SINASEFE a luta por uma maior interação entre essas duas esferas em que se divide a Educação federal.

UM PROJETO PRIVADO COM DINHEIRO PÚBLICO

Embora muitos não se deem conta, o Ministério da Defesa mantém não somente suas escolas de formação de tropas, mas também diversos colégios de Ensino Fundamental e Médio, com objetivo declarado de formar jovens nos limites dos valores das Forças Armadas. A história do nosso país já mostrou o quanto esses valores militares frequentemente abandonam a democracia e a defesa dos direitos dos cidadãos brasileiros em troca da busca do autoritarismo e da ditadura. Na prática, são escolas mantidas por recursos públicos, mas não funcionam como escolas públicas: sua gestão é feita por uma corporação que não dialoga com a sociedade. Em nossos tempos de um governo formalmente liderado por um capitão da reserva e claramente regido por generais, muitos deles da ativa, o papel das instituições de ensino do Ministério da Defesa tem sido o da sustentação do projeto de destruição daquela sociedade que superou a ditadura e gerou a democracia consolidada na Constituição de 1988.

Mesmo fazendo parte de um projeto particular, o Ministério da Defesa usa da prerrogativa de manterem escolas de educação básica para ter em seus quadros docentes civis EBTT além de receber verbas e benefícios destinados às escolas públicas, como livros do PNLD e direito a cotas em universidades. No entanto, as vagas nessas escolas são praticamente exclusivas para as famílias de militares e, ainda assim, mediante pagamento de taxas. Ao mesmo tempo, sob a alegação de serem "instituições de ensino militar", acreditam-se no direito de descumprir a legislação prevista para a educação básica e de impor práticas da carreira militar a servidoras e servidores não militares, mesmo contrariando as prerrogativas legais de nossa carreira.

O QUE É TRABALHAR NUM COLÉGIO MILITAR?

Embora fazendo parte das mesmas carreiras e, conseqüentemente, pautados nas mesmas diretrizes legais, servidoras e servidores lotados nas instituições de ensino das forças armadas vivem realidade institucional bastante distinta daquela vivida por colegas das outras instituições federais de ensino. O desconhecimento de tal realidade pela rede

federal, assim como a dificuldade de interação entre as próprias unidades de ensino das forças armadas, tem como consequência isolamento destas, fazendo com que suas pautas específicas sejam invisibilizadas na luta coletiva e favorecendo a desmobilização e a estagnação entre quem tem lotação nestas instituições. De forma ainda mais negativa, há forte adesão ao projeto antidemocrático delas.

Os colégios regidos pelas forças armadas possuem uma composição complexa, que envolve servidoras e servidores com diferentes regimes de trabalho. Além das tradicionais diferenças dentro da própria categoria, há militares em atividades técnicas e docentes militares, divididos entre militares de carreira, militares temporários e militares da reserva contratados. No topo dessa hierarquia, estão militares de carreira sem formação na área de ensino, a quem compete a administração dessas instituições, os quais, muitas vezes, ignoram não só as diretrizes previstas para a educação no Brasil, como também as diferentes atribuições legais previstas para servidoras e servidores, tudo em nome de um projeto de imposição dos valores militares sobre a comunidade escolar. Assim, é comum que servidoras e servidores sejam demandados a seguir determinações que não são compatíveis com sua carreira e/ou sejam submetidos a situações que estão em desacordo com parâmetros legais.

A título de ilustração, citamos algumas situações vivenciadas por servidoras e servidores lotados nessas instituições do Ministério da Defesa:

- 1) Avaliação funcional feita com critérios subjetivos e/ou que não são compatíveis com a carreira, sem qualquer transparência e fiscalização/acompanhamento dos servidores e sem previsão de possibilidade de contestação da avaliação realizada.
- 2) Imposição e cobrança de uso de jaleco para os docentes em geral e de uniformes esportivos para a disciplina de Educação Física, sem que essas vestimentas sejam fornecidas. A mobilização docente conseguiu que o Colégio Naval (RJ) e a EPCAr fornecessem jalecos, mas são agradáveis exceções dentro das instituições do Ministério da Defesa.
- 3) Total falta de participação docente na elaboração dos programas ou nas decisões pedagógicas, em desacordo com a BNCC. As decisões no mundo militar sempre têm a direção de cima para baixo na hierarquia.
- 4) Censura em relação a abordagem de temáticas previstas pela BNCC, prevalecendo sempre o projeto político da corporação militar.
- 5) Exigência de que docentes produzam material para todo o sistema Colégio Militar do Brasil e não apenas para suas/seus estudantes, sem o devido pagamento de GECC.
- 6) Exigência de participação em formaturas e eventos comemorativos das forças armadas que correspondem à carreira militar e não a atividades docentes.
- 7) Imposição de gozo de férias em 3 períodos que, segundo a legislação trabalhista, só pode ser realizada a pedido de servidoras e servidores.
- 8) Demandas de trabalho impostas de forma oficiosa por meio do WhatsApp, sem qualquer respeito aos horários de descanso (inclusive, em feriados e períodos de férias), de maneira assistemática (sem que a informação chegue igualmente à equipe) e sem qualquer tipo de custeio da instituição para aquisição de aparelhos e pacotes de dados. A lei estabelece que os meios de comunicação oficiais devem ser custeados pelo empregador.
- 9) Realização de tarefas de caráter administrativo, como Exame de Contracheque, que envolve cálculos financeiros e análise de documentos, atividades que não fazem parte das atribuições previstas para a carreira dos servidores e para as quais estes não têm o preparo técnico necessário, o que pode lhes causar prejuízos financeiros ou problemas legais.
- 10) Obrigatoriedade de uso de materiais paradidáticos pré-definidos pela instituição sem que esta os forneça, forçando-os a adquirir por seus próprios meios.

A lista de arbitrariedades, irregularidades e assédios que compõem o dia a dia dos servidores das instituições do Ministério da Defesa extrapolaria os limites dessa tese. Ao ler as primeiras versões desse texto, foram muitos os companheiros que pediam a inclusão de novos itens. Tivemos que ser breves, por isso nem tudo pôde ser citado.

COLÉGIOS MILITARES SÃO LOCAIS DE LUTA DOS TRABALHADORES!

Historicamente, quem trabalha no Ministério da Defesa tem dificuldades de mobilização. A carreira militar é proibida por lei de se organizar sindicalmente e treinada de forma a obedecer cegamente à hierarquia de poder, o que cria dentro das instituições militares uma forte oposição a tudo o que envolva a organização sindical. Instituições de ensino do Ministério da Defesa não permitem reuniões do sindicato no local de trabalho e costumam proibir cartazes e até mesmo o uso de camisetas ou adesivos de campanhas ou eventos sindicais. Ao lado disso, o autoritarismo que permeia todas as relações dentro dessas instituições dificulta enormemente nosso trabalho de organização. No entanto, nossa história inclui momentos de forte mobilização.

Boa parte das instituições de ensino do Ministério da Defesa trabalhou no ensino remoto desde os primeiros dias da pandemia de Covid-19, sem interrupção ao longo de 2020 e 2021. Quando, já em fins de 2020, foi imposto o ensino híbrido, fomos capazes de impor uma resistência considerável a esse retorno presencial. Vários colégios militares sustentaram greve sanitária por longo tempo, com alguns poucos servidores do Colégio Militar do RJ mantendo-se em greve sanitária por 15 meses! Em alguns colégios, a resistência simplesmente inviabilizou o ensino híbrido. O Colégio Naval (RJ), por exemplo, chegou a março de 2022 ainda sem ter convocado o retorno de seus servidores, consciente da pressão que os servidores organizados farão. Cada instituição teve uma história própria, com capacidades diferentes de resistência e com formas diferentes de represálias aos servidores.

As experiências, porém, foram positivas: em boa parte das instituições do Ministério da Defesa, servidores e servidoras saíram mais fortes e novas lideranças se formaram. A maioria desses colégios pela primeira vez conheceu o que é uma greve. Em alguns casos, a luta permitiu uma integração maior com Seções ligadas a IFs, e até mesmo dentro da própria rede do Ministério da Defesa: foram comuns a troca de experiências e a participação de militantes em reuniões e assembleias de outras Seções de todo o país.

LUTAR UNIFICADOS, O ÚNICO JEITO!

Nossa base vem lutando individualmente, em cada local de trabalho, o que não faz muito sentido dentro do Ministério da Defesa. Ao contrário dos IFs, a hierarquia militar determina que nenhuma instituição tenha autonomia. Tudo vem de cima para baixo, sempre. Os colégios do Exército obedecem a ordens da DEPA, os da Marinha obedecem à DEnsM, os da Força Aérea obedecem à DEA. Lutar contra os desmandos dessas instituições exige uma ação nacionalmente unificada: se as ordens vêm de cima, a briga tem que ser em cima! No entanto, tem faltado ao SINASEFE a articulação nacional que chegou a ser construída. Já é tempo de agirmos como devemos!

A partir de tal panorama, a tese que aqui propomos é a de instituir um maior diálogo entre as unidades federais de ensino das forças armadas e entre estas e outros institutos federais para que nossas demandas possam ser discutidas e enfrentadas nacionalmente.

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

- Que seja criada uma articulação nacional para o retorno dos Encontros Nacionais dos Servidores das Instituições do Ministério da Defesa – ESCIME, que não se realizam desde 2019.
- Que os ESCIMES retornem efetivando sua proposta inicial de serem bianuais, uma vez que permitem uma forte integração das/dos militantes e formação de novas lideranças.
- Que a DN eleita nesse Consinasefe escolha diretores que terão a tarefa de colaborar com a comissão de negociação eleita no ESCIME mais recente na articulação nacional da nossa base lotada no Ministério da Defesa, enquanto não houver uma coordenação nacional exclusiva para tal.
- Que o próximo ESCIME, a ser realizado em Vitória, eleja não somente uma comissão de negociação, mas sim uma Comissão de Articulação Nacional, responsável por tornar nacional a luta sindical dentro do universo no Ministério da Defesa.
- Que a DN dê mais suporte aos colégios ligados às forças armadas para tratar em nível nacional problemas legais que não podem ser sanados pelas seções de cada unidade, como a tripartição das férias, a obrigatoriedade do exame de contracheque e a imposição de compra e uso de uniforme, e tantos outros.
- Que o SINASEFE publique material de formação específico para a base lotada no Ministério da Defesa, levando em conta suas especificidades.
- Que o SINASEFE publique material de campanha de filiação específico para a base lotada no Ministério da Defesa, levando em conta suas especificidades.
- Que o SINASEFE assuma a campanha de fortalecer os servidores civis do Ministério da Defesa: CIVILIZAR OS COLÉGIOS MILITARES!

ASSINAM ESSA TESE:

- **Juliane Kely Zanardi – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)**

- **Marcelo de Oliveira Assunção – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ) #1M**
- Rosa Maria Cardoso dos Santos – Colégio Naval (CN)
- Aluísio Gomes Coelho – Colégio Militar do Recife (CMR-EAMPE) #1M
- Daniela Soriano Merlin – Colégio Naval (CN)
- Maria Aparecida Porfírio – Colégio Militar de Brasília (CMB)
- Carlos Alberto Genz – Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)
- Victor Rocha Rodrigues da Silva – Colégio Naval (CN)
- Leandro Batista da Silva – Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA)
- Marcos Agostinho – Colégio Naval (CN)
- Rosiane Silva de Souza – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Juliana Pádua – Colégio Militar de Brasília (CMB)
- Mírian da Costa Loureiro – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Beatriz Rietmann da Costa e Cunha – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Andre Sarmento – Colégio Militar de Salvador (CMS)
- Amaury Garcia dos Santos Neto – Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ)
- Karla Bertotti (CMR-EAMPE)
- Flavio dos Santos Barbosa (CMR-EAMPE)
- Marcelo Teixeira da Silva (CMR-EAMPE)
- Arioivan da Silva Martins, (Seção Barbacena EPCAR) #1M
- Anita Belloquim Costa – Colégio Naval (CN)
- Marco Antonio Ferreira Agostinho – Colégio Naval (CN)
- Jorge Cláudio Bastos da Silva – Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias (Seção CMRJ)
- Antônio Nobre da Silva (Didi) - Seção Cáceres IFMT #1M
- Camila Cunha - Seção Brasília IFB #1M
- Carlos Henrique Xavier Endo - Seção IFSP #1M
- Christian Gilioi - Seção IFSP #1M
- Daniel Neri - Seção IFMG #1M
- Davi César da Silva - Seção Videira IFC #1M
- Denilza Frade - Seção IFSP #1M
- Dhiaggio Glaucio - SINTEFPB #1M
- Diego Rodolfo Simões de Lima - Seção Videira IFC #1M
- Elenira Vilela - Seção IFSC #1M
- Eliel Regis de Lima - Seção Cáceres IFMT #1M
- Elizangela Maria Esteves de Barros - Seção IFSP #1M
- Emanuel Luiz Flôres da Silva - Seção IFSC #1M
- Felipe Lima - Seção IFES #1M
- Francini Carla Grzeca - Seção Videira IFC #1M
- Herlon Iran Rosa - Seção Litoral IFC #1M
- Inez Deliberaes Montecchi - Seção Cáceres IFMT #1M
- Isaías dos Santos - Seção Litoral IFC #1M
- José Paulo Monteiro - Seção IFSC #1M
- Kyanny Onofre Pompilio - Seção IFSC #1M
- Mário Luiz - Seção Litoral IFC #1M
- Marlene Socorro - Seção IFBA #1M
- Matheus Santana - Seção IFBA #1M
- Olaine Aparecida Zilio Morona - Seção IFSC #1M
- Priscila Cardoso - Seção Litoral IFC #1M
- Rosa Maria Mota Costa - Seção IFBA #1M
- Sérgio Rodrigues - SINTEFPB #1M
- Silvia da Silva Seção - Seção Concórdia IFC #1M
- Tomaz Fantin de Souza - Seção IFSUL #1M
- Anibal Tannuri – IFG Jataí
- Alexandre Ribeiro Samis – Sindscope
- Roberto Adão – Sindscope
- Elizabeth Soares Dutra - SINDSCOPE
- Helena Sampaio – Escola de Aprendizes-Marinheiros do Ceará (EAMCE)
- Alexandre da Silva Antunes – Colégio Pedro II